



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS B, Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º Andar - CEP: 70308-200
Brasília – DF – Fone: (61) 2027-3245 / 2027-3219 - E-mail: conade@sdh.gov.br.

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

1 **Do vigésimo segundo ao vigésimo quarto dia do mês de agosto do ano de dois**
2 **mil e dezesseis**, realizou-se a centésima quinta reunião ordinária do Conselho Nacional dos
3 Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília, Distrito Federal.

4
5 **Período matutino do dia vigésimo segundo dia de agosto** foi dedicado à reunião das
6 Comissões Permanentes do Conade, cujos relatórios foram apresentados e aprovados em
7 Plenária, estiveram presente:

8
9 **Comissão de Atos Normativos** – Milena Souto Maior de Medeiros; representante da Casa
10 Civil da Presidência da República, Roseane Cavalcante de Freitas estrela; representa o Ministério
11 da Justiça, Waldir Macieira da Costa Filho; representa Associação Nacional dos Membros do
12 Ministério de Defesa dos Direitos dos Idosos e pessoas com Deficiência – AMPID, Joaquim
13 Santana Neto, representa a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Fernanda Maria Pessoa Di
14 Cavalcanti(ausência Justificada);representa o Ministério do Trabalho e Emprego, Waldir
15 Macieira da Costa Filho; João Adilberto Pereira Xavier(ausência justificada); representa a Fed.
16 Das Assoc. de Renais e Transplantados do Brasil – FARBRA, Laura Berdine Santos
17 Delamonica(ausência justificada); representa Ministério das Relações Exteriores, Carlos
18 Fernando Gallinal Cuenca(ausência justificada); representa o Ministério das Relações Exteriores

19 **Comissão de Articulação e Conselhos** – Maria Helena Mozena; representa os Conselhos
20 Estaduais, Rubens Gil Junior; representa Associação Brasileira de Ostimizados, Flávio Henrique
21 de Souza; representa a Central Única dos Trabalhadores- CUT, José Antônio Ferreira Freitas;
22 representa a Confederação Brasileira de Desporto de deficientes Visuais – CBDV, Ana Beatriz
23 Silva Thé Praxedes (ausência Justificada); representa os Conselhos Municipais

24 **Comissão de Políticas Públicas** – Raimundo Nonato Lopes de Souza; representa o
25 Ministério da Previdência Social, Flávia da Silva Tavares; representa o Ministério da Saúde, ,
26 Maria Do Carmo Tourinho; representa Associação Brasileira de Autismo, Francisco Eduardo
27 Coelho da Rocha; representa Fed. Nac. de Educação e Integração Dos Surdos - FENEIS, Marco
28 Antônio Castilho Carneiro, representa a Federação Nacional das Associações Pestalozzi –
29 FENAPESTALOZZI, Décio Gomes Santiago; representa a Organização Nacional de Entidades
30 de Deficientes Físicos – ONEDEF. Niuzarete Margarida de Lima (ausência Justificada) ;
31 representa Ministério das Relações Exteriores, Telma Maria Viga de Albuquerque(ausência
32 Justificada); representa Associação Brasileira de Autismo, Carmem Lúcia Lopes Fogaça
33 (ausência Justificada); representa a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos –
34 ONEDEF

35 **Comissão de Orçamentos e Finanças Públicas** – Ana Claudia Silveira Torres;
36 representa o Ministério dos Transportes, Osvaldo Luiz Valinote; representa o Conselho Federal
37 de Engenharia e Agronomia – CONFEA, Carlos Eduardo de Vilhena Paiva; Representa o
38 Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, Valdenora da Cruz Rodrigues;

39 representa o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas Pela Hanseníase – MORHAN,
40 Lucimar Batista da Costa (ausência justificada); representa o Movimento de Reintegração das
41 Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN,
42 **Comissão de Comunicação Social** - Roberto Low; representa academia Brasileira de
43 Neurologia, Lúcia Maria Pereira Zacheu; representa Associação de pais, Amigos e Pessoas com
44 Deficiências, de funcionários do Banco do Brasil e Comunidade – APABB, Janilton Fernandes
45 Lima; representa a Confederação Nacional do Comercio – CNC, Glauciane Costa Santana;
46 representa a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, Ana Maria Sales Low
47 (ausência Justificada); representa Academia Brasileira de Neurologia

48
49

50 **Período vespertino do vigésimo segundo dia do mês de agosto de dois mil e**
51 **dezesseis.**

52 **Data: 22/08/2016**

53 **Presença dos(as) Conselheiros(as) da Sociedade Civil.**

54 Da Academia Brasileira de Neurologia, a titular Ana Maria Sales Low; da Associação Brasileira
55 de Autismo, a suplente Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; da Associação Brasileira de
56 Ostimizados, o titular Rubens Gil Junior; da Associação Brasileira de Rugby em Cadeiras de
57 Rodas, o titular Luiz Claudio Alves Pereira; da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com
58 Deficiências de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade, a titular Lúcia Maria Pereira;
59 da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas
60 Idosa e com Deficiência, o titular Waldir Macieira da Costa Filho; da Central Única dos
61 Trabalhadores, o titular Flávio Henrique de Souza e o suplente Anaildes Campos Sena; da
62 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais, o titular José Antônio Ferreira
63 Freire; da Confederação Nacional do Comércio, o suplente Janilton Fernandes Lima; do
64 Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, o titular Osvaldo Luiz Valinote; da Ordem dos
65 Advogados do Brasil, o titular Joaquim Santana Neto; da Federação Nacional de Educação e
66 Integração dos Surdos, o titular Francisco Eduardo Coelho da Rocha; da Federação Brasileira
67 das Associações de Síndrome de Down, a titular Glauciane Costa Santana; da Federação
68 Nacional das APAEs, o titular Adinilson Marins dos Santos e o suplente Erivaldo Fernandes
69 Neto; da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, o titular Marco Antônio Castilho
70 Carneiro; do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, a suplente
71 Valdenora da Cruz Rodrigues; da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, o titular Clóvis
72 Alberto Pereira; da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, o suplente Décio
73 Gomes Santiago.

74 Ausências justificadas: da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil;

75 Ausências:

76

77 **Presença dos(as) Conselheiros(as) do Governo.**

78 Do Conselho Estadual de SP, a titular Maria Helena Mozena; do Conselho Municipal de
79 Fortaleza/CE, a titular Ana Beatriz Silva Thé Praxedes; do Ministério da Justiça, a titular
80 Roseane Cavalcante de Freitas Estela e a suplente Magda Fernanda Medeiros Fernandes; do
81 Ministério da Previdência Social, o titular Raimundo Nonato Lopes de Sousa; do Ministério da
82 Saúde, a suplente Flávia da Silva Tavares; do Ministério das Comunicações, a titular Elza Maria
83 Del Negro Barroso Fernandes; do Ministério das Relações Exteriores, o titular Carlos Fernando
84 Gallinal Cuenca; do Ministério do Esporte, a suplente Bruna da Penha Moreira; do Ministério do
85 Transporte, a suplente Ana Cláudia Silveira Torres;

86 Ausências justificadas: Da Casa Civil; do Ministério do Desenvolvimento Social; do Ministério
87 do Turismo;

88 Ausências: do Ministério das Cidades; do Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação; do
89 Ministério da Cultura; do Ministério do Trabalho e Emprego;

90

91

92

94 Iniciados os trabalhos à tarde na plenária, o Presidente do Conade Flávio Henrique de Souza fez
95 a chamada regimental e informou que a Ata da 104ª Reunião Ordinária do Conade, realizada em
96 junho de 2016, por não estar concluída deverá ser apreciada na 106ª Reunião Ordinária.
97 Verificado o quórum mínimo necessário, a plenária aprovou a pauta. A nova Secretária dos
98 Direitos da Pessoa com Deficiência, Roseane “Rosinha da Adefal”, deu boas-vindas ao Conade e
99 manifestou o propósito de apoio e parceria da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com
100 Deficiência do Ministério da Justiça e Cidadania (SEDPD/MJC). Na sequência, iniciou-se a
101 apresentação do relatório da Comissão de Comunicação Social (CCS) pela Conselheira
102 Glauciane Costa Santana que relatou as matérias e notas que deverão consta no próximo Conade
103 Informa Edição de setembro, Relatório aprovado.

104 Em seguida, iniciou o relatório da Comissão de Atos Normativos (CAN), por meio do seu
105 Relator Waldir Macieira que passou a palavra ao Conselheiro Joaquim Santana Neto também
106 membro da CAN que relatou o caso do candidato, deficiente auditivo que solicita revisão da
107 Prova Prático-Profissional do XIX Exame da Ordem Unificado da Fundação Getúlio Vargas, por
108 falta de apoio e acessibilidade no que diz respeito a Libras e que está acompanhando o caso
109 junto a OAB, devolvido a palavra ao Conselheiro Waldir Macieira o mesmo apresentou as
110 minutas dos editais para eleição dos conselhos estaduais, conselho municipais e das
111 Organizações Nacionais visando ingresso no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
112 deficiência, na gestão 2017/2019 que após a apreciação dos destaques pleno plenário foram
113 aprovados. Relatório aprovado.

114 115 **Período matutino do vigésimo terceiro dia do mês de agosto de dois mil e** 116 **dezesesseis.**

117 Da Associação Brasileira de Autismo, a suplente Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; da
118 Associação Brasileira de Ostomizados, o titular Rubens Gil Junior; da Associação Brasileira de
119 Rugby em Cadeiras de Rodas, o titular Luiz Claudio Alves Pereira; da Associação de Pais,
120 Amigos e Pessoas com Deficiências de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade, a
121 titular Lúcia Maria Pereira Zacheu e o suplente Francisco Djalma de Oliveira; da Associação
122 Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com
123 Deficiência, o titular Waldir Macieira da Costa Filho; da Central Única dos Trabalhadores, o
124 titular Flávio Henrique de Souza e o suplente Anaildes Campos Sena; da Federação das
125 Associações de Renais e Transplantados do Brasil, o titular João Adilberto Pereira Xavier; da
126 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais, o titular José Antônio Ferreira
127 Freire; da Confederação Nacional do Comércio, o suplente Janilton Fernandes Lima; do
128 Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, o titular Osvaldo Luiz Valinote; da Ordem dos
129 Advogados do Brasil, o titular Joaquim Santana Neto; da Federação Nacional de Educação e
130 Integração dos Surdos, o titular Francisco Eduardo Coelho da Rocha; da Federação Brasileira
131 das Associações de Síndrome de Down, a titular Glauciane Costa Santana; da Federação
132 Nacional das APAEs, o titular Adinilson Marins dos Santos e o suplente Erivaldo Fernandes
133 Neto; da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, o titular Marco Antônio Castilho
134 Carneiro; do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, a suplente
135 Valdenora da Cruz Rodrigues; da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, o titular Clóvis
136 Alberto Pereira e o suplente William Ferreira da Cunha; da Organização Nacional de Entidades
137 de Deficientes Físicos, o suplente Décio Gomes Santiago.

138 Ausências justificadas: Da Academia Brasileira de Neurologia;

139 **Presença dos(as) Conselheiros(as) do Governo.**

140 Do Conselho Estadual de SP, a titular Maria Helena Mozena; do Conselho Municipal de
141 Fortaleza/CE, a titular Ana Beatriz Silva Thé Praxedes; do Ministério da Justiça, a titular
142 Roseane Cavalcante de Freitas Estrela; do Ministério da Previdência Social, o titular Raimundo
143 Nonato Lopes de Sousa; do Ministério da Saúde, a suplente Flávia da Silva Tavares; do
144 Ministério das Cidades, a suplente Carolina Moreira Barbosa de Brito; do Ministério das
145 Comunicações, a titular Elza Maria Del Negro Barroso Fernandes; do Ministério das Relações
146 Exteriores, a suplente Laura Berdine Santos Delamonica; do Ministério do Desenvolvimento

147 Social, a suplente Niusarete Margarida de Lima; do Ministério do Esporte, a suplente Bruna da
148 Penha Moreira; do Ministério do Trabalho, a titular Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti; do
149 Ministério do Transporte, a suplente Ana Cláudia Silveira Torres;
150 Ausências justificadas: Da Casa Civil;
151 Ausências: do Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação; do Ministério da Cultura; do
152 Ministério do Turismo;
153
154
155 Iniciados os trabalhos, o Presidente do Conade Flávio Henrique fez a chamada regimental. A
156 seguir, foi apresentado o relatório da Comissão de Orçamento e Finanças, pelo conselheiro Luís
157 Claudio Alves Pereira que destacou a importância da legalidade do Conade por meio de um
158 Decreto o garantiria fundo. Propôs uma reunião com a secretaria Especial dos Direitos da Pessoa
159 com Deficiência para apoiar uma alternativa de obtenção de recursos para o Conade. Quanto ao
160 Rio 2016 o Conselheiro expos sua preocupação de como vem sendo publicitado pela imprensa as
161 paralimpíadas, quanto a questão do financiamento das despesas de deslocamento dos atletas pelo
162 Comitê Internacional e dos Planos de saúde dos atletas e por fim apresentou um requerimento de
163 credenciar os conselheiros do Conade para acesso as dependências dos espaços onde ocorrerão
164 os jogos e da abertura dos Jogos Paralímpicos. Relatório aprovado.
165 Em seguida foi apresentado o relatório da Comissão de Articulação de Conselhos pelo
166 conselheiro Rubens Gil, que apreciou um questionamento do Conselho Municipal dos Direitos
167 das Pessoa com Deficiência de São Vicente de Minas/MG de como reativar o conselho uma vez
168 que a documentação foi extraviada e outro questionamento do Conselho Estadual de Roraima
169 sobre as dificuldades de implantar o conselho no Município de Boa Vista, em ambos casos
170 aprovou-se na comissão contatar e responder os requerentes via telefone e ofício,
171 respectivamente. Foi proposto também que na próxima reunião ordinária de outubro a
172 prorrogação por mais dois dias para a Comissão de Articulação de Conselho se reunir e estender
173 também a participação da Presidência Ampliada com vista a organização da 1º Formação é
174 Capacitação de Conselheiros dos Conselhos Estaduais de Direito da Pessoa com Deficiência.
175 Relatório aprovado.
176 O relatório da Comissão de Políticas Públicas, foi apresentado pelo Conselheiro Marco Castilho,
177 representante titular da Fenapestalozzi que fez a leitura dos itens analisados na Comissão: 1º
178 documento enviado ao Conade pela Secretaria Nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos
179 da CUT que trata do PLC 23/2016, deliberou-se encaminha a Comissão de Comunicação Social
180 para ampla divulgação da Consulta Publica sobre o tema e a encaminhar também a Comissão de
181 Atos Normativos para elaboração de um Parecer. 2º Carta enviada pelo Comitê Nacional de
182 Assessoramento e Apoio as Ações de Saúde do Plano Nacional para pessoas com Deficiência
183 que trata do Programa Nacional de Apoio a Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência
184 (PRONAS/PCD),deliberou-se o encaminhamento do expediente ao Ministério da Saúde. 3º
185 ofício 1443 de 30/05/2016 encaminhado pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia –
186 CONFEA sobre a criação de um número de telefone específico para denúncias de todos os tipos
187 de violência contra a pessoa com deficiência, inclusive ao que se refere à acessibilidade,
188 deliberou-se solicitar a Coordenação do Disque 100 Ouvidoria dados relativos a violência sofrida
189 pela pessoa com deficiência e por fim, foi proposto solicitar informação a Secretária Especial da
190 Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência sobre Plano Viver Sem Limite, bem
191 como a apresentação do relatório do exercício 2015 e proposta do Plano de Ação para 2017.
192 Relatório aprovado.
193 Continuando o conselheiro Marcos Castilho manifestou seu apreço e respeito à CAN e
194 esclareceu seu propósito estritamente de colaboração no que diz respeito às observações pontuais
195 por ele feitas referentes aos editais do processo eleitoral. Ao longo e após as apresentações, a
196 plenária fez várias considerações e realizou encaminhamentos: a) elegeu o conselheiro Joaquim
197 Santana Neto, da Ordem dos Advogados do Brasil, para participar da Comissão Eleitoral; b)
198 reivindicou-se a participação do Conade nos Jogos Paralímpicos, tendo a SEDPD/MJC, por
199 intermédio da Secretária Rosinha da ADEFAL; c) foi aprovado pelo pleno providências para a
200 oficialização do encontro de conselhos em Maracanaú, estado do Ceará. A Secretária Rosinha da

201 ADEFAL foi eleita por aclamação Vice-Presidente do Conade. Em seguida, passou-se ao item da
202 pauta “Políticas setoriais e transversais da Pessoa com Deficiência: construindo relações com
203 Colegiados Nacionais”, com a fala do Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Senhor
204 Ronald Ferreira dos Santos, que, após entregar ao Conade um exemplar do Plano Nacional de
205 Saúde 2016-19, destacou a importância da construção de agendas intersetoriais e das
206 possibilidades abertas de diálogo com o Conade. O Presidente do CNS manifestou preocupação
207 com o problema do subfinanciamento da área da saúde e a agenda do Ministério da Saúde que
208 realça os planos privados de saúde em contraposição ao preceituado pelo CNS. E, ainda,
209 convidou o Conade para participar das conferências temáticas programadas para 2017, cujos
210 processos preparatórios já estão em curso: a 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde e a
211 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher. Finalizada a apresentação do Presidente do CNS, o
212 Coordenador-Geral Substituto da Área Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência do
213 Ministério da Saúde (MS), Senhor Danilo Campos da Luz, apresentou balanço do Plano
214 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2011-2014) – Viver sem Limite, destacando
215 as ações previstas e executadas pelo MS no período. Os dados foram disponibilizados para o
216 Conade. A plenária manifestou a expectativa pela proposição do novo Plano e pela elaboração
217 (ou fortalecimento) de políticas e diretrizes voltadas a públicos específicos, tais como: saúde das
218 pessoas albinas, saúde das pessoas ostomizadas e saúde da mulher com deficiência.

219

220

221 **Período vespertino do vigésimo terceiro dia do mês de agosto de dois mil e**
222 **dezesesseis.**

223

224 **Presença dos(as) Conselheiros(as) da Sociedade Civil.**

225 Da Associação Brasileira de Autismo, a suplente Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; da
226 Associação Brasileira de Ostomizados, o titular Rubens Gil Junior; da Associação Brasileira de
227 Rugby em Cadeiras de Rodas, o titular Luiz Claudio Alves Pereira; da Associação de Pais,
228 Amigos e Pessoas com Deficiências de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade, a
229 titular Lúcia Maria Pereira Zacheu e o suplente Francisco Djalma de Oliveira; da Associação
230 Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com
231 Deficiência, o titular Waldir Macieira da Costa Filho; da Central Única dos Trabalhadores, o
232 titular Flávio Henrique de Souza e o suplente Anaildes Campos Sena; da Federação das
233 Associações de Renais e Transplantados do Brasil, o titular João Adilberto Pereira Xavier; da
234 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais, o titular José Antônio Ferreira
235 Freire; da Confederação Nacional do Comércio, o suplente Janilton Fernandes Lima; do
236 Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, o titular Osvaldo Luiz Valinote; da Ordem dos
237 Advogados do Brasil, o titular Joaquim Santana Neto; da Federação Nacional de Educação e
238 Integração dos Surdos, o titular Francisco Eduardo Coelho da Rocha e o suplente Filipe
239 Trigueiro Xavier Correia; da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, a
240 titular Glauciane Costa Santana; da Federação Nacional das APAEs, o titular Adinilson Marins
241 dos Santos e o suplente Erivaldo Fernandes Neto; da Federação Nacional das Associações
242 Pestalozzi, o titular Marco Antônio Castilho Carneiro; do Movimento de Reintegração das
243 Pessoas Atingidas pela Hanseníase, a suplente Valdenora da Cruz Rodrigues; da Organização
244 Nacional dos Cegos do Brasil, o titular Clóvis Alberto Pereira; da Organização Nacional de
245 Entidades de Deficientes Físicos, o suplente Décio Gomes Santiago.

246 Ausências justificadas: Da Academia Brasileira de Neurologia;

247 Ausências:

248

249

250 **Presença dos(as) Conselheiros(as) do Governo.**

251 Da Casa Civil, a titular Milena Souto Maior de Medeiros e o suplente Ricardo Bilha Carvalho;
252 do Conselho Estadual de SP, a titular Maria Helena Mozena; do Conselho Municipal de
253 Fortaleza/CE, a titular Ana Beatriz Silva Thé Praxedes; do Ministério da Justiça, a titular
254 Roseane Cavalcante de Freitas Estrela; do Ministério da Previdência Social, o titular Raimundo

255 Nonato Lopes de Sousa; do Ministério da Saúde, a suplente Flávia da Silva Tavares; do
256 Ministério das Comunicações, a titular Elza Maria Del Negro Barroso Fernandes; do Ministério
257 do Trabalho, a titular Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti;
258 Ausências justificadas: do Ministério das Cidades; do Ministério das Relações Exteriores; do
259 Ministério do Transporte;
260 Ausências: do Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação; do Ministério da Cultura; do
261 Ministério do Desenvolvimento Social; do Ministério do Esporte; do Ministério do Turismo;

262
263 Iniciados os trabalhos, o presidente Flávio Henrique anunciou o item de pauta a ser debatido:
264 “Novo modelo de avaliação da pessoa com deficiência no Brasil, baseado na Classificação
265 Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e na Convenção sobre os Direitos
266 das Pessoas com Deficiência da ONU”, com a exposição do Diretor-Presidente da Associação
267 Nacional de Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP), Senhor Francisco Eduardo Cardoso
268 Alves, que, em sua apresentação sustentou as seguintes assertivas: a) A Perícia Médica do INSS
269 foi inserida para concessão de benefícios de prestação continuada – BPC/LOAS em 1997. Desde
270 então vem sendo realizado aprimoramento para a avaliação contemplar múltiplos aspectos, além
271 da avaliação médica; b) Novas dimensões de avaliação vêm sendo consideradas na construção de
272 um modelo único baseado na CIF e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
273 da ONU; c) No INSS não há uma real avaliação multiprofissional – limita-se em geral ao
274 profissional médico e assistente social; d) Não obstante os avanços constatados no modelo de
275 avaliação, o BPC continua com alto índice de judicialização por conta do critério econômico
276 (renda) para classificação, o que pode gerar distorções na concessão do benefício; e) A avaliação
277 multiprofissional é fundamental. Mas é preciso superar vícios, como a pontuação clínica sendo
278 definida por profissionais que nem sempre possuem a formação adequada. Após apresentação do
279 representante da ANMP, foram iniciados os debates com representantes da Secretaria Especial
280 dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPD/MJC); do Conselho da Justiça Federal,
281 representado pelo juiz federal José Antonio Savaris; do Ministério Público do Trabalho,
282 representado pela subprocuradora Maria Aparecida Gugel; da Ordem dos Advogados do Brasil,
283 representado pelo advogado Joelson Dias; e das senhoras Naira Rodrigues Gaspar e Izabel
284 Maria de Loureiro Maior, ex-conselheira do Conade. A Secretária Rosinha da Secretaria
285 Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência expos sua preocupação com o posicionamento
286 divulgado no site da ANMP da Previdência Social, semelhante a visões (reducionistas)
287 divulgadas nas redes sociais e necessidade de definição dos critérios de renda para concessão do
288 BPC. O Assessor Wederson Rufino dos Santos da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa
289 com Deficiência destacou que a Convenção conceitua de forma clara a pessoa com deficiência;
290 a assistência social é uma profissão da área da saúde; não confundir estruturas e funções do
291 corpo com fatores ambientais; funcionalidade pela CIF tem a ver com interações do corpo com o
292 ambiente; avaliação biopsicossocial (LBI), multidimensional e interdisciplinar; atribuição de
293 perícia social dos assistentes sociais.

294
295 Dr. José Antonio Savaris do Conselho Federal de Justiça citou a necessidade de avançar nos
296 instrumentos de avaliação do modelo e para identificar as vulnerabilidades da pessoa com
297 deficiência. Ainda persiste uma avaliação limitada, baseada nas incapacidades. Ponderará sobre a
298 política institucionalizada no Conselho da Justiça Federal para fomentar uma alteração na forma
299 de avaliação nas instâncias judiciais, para promover a inclusão e os direitos da pessoa com
300 deficiência de maneira contínua, no âmbito de todos os poderes e que preciso reconhecer os
301 limites na avaliação do Judiciário para se afastar do arbítrio ou da ideologia e que a assistência
302 social deve se voltar à condição humana da necessidade ou desamparo, e não se limitar aos casos
303 de “miserabilidade”. Este termo, quando usado, deve ser usado à luz da Constituição Federal:
304 trata-se do necessitado. A palavra-chave é alteridade, abertura para ouvir e aprender com o outro.

305
306 Naira Rodrigues Gaspar comentou a importância da CIF e da avaliação biopsicossocial, “O
307 olhar biopsicossocial vem sendo construído há muito tempo. No campo da saúde, a OMS já
308 apontava para o equilíbrio biopsicossocial para definir a saúde. Pessoas com deficiência como

309 sujeitos de direitos. A avaliação biopsicossocial está além de um instrumento avaliativo. Precisa
310 incidir também nos valores e olhar dos profissionais”

311

312 Dra. Maria Aparecida Gugel relatou que é necessário construir um instrumento de avaliação
313 único das funcionalidades como apresentado na Convenção e na LBI e que a deficiência possui
314 diferentes naturezas e, assim, necessita do olhar e avaliação sob vários ângulos. A avaliação deve
315 ser biopsicossocial e interdisciplinar. O instrumento de avaliação para pagamento do benefício
316 assistencial não pode ficar apenas nas mãos dos médicos ou dos assistentes sociais. Necessita-se
317 de uma gama ampla de conhecimentos e profissionais.

318

319 Dr. Joelson falou do compromisso do Conade com a efetivação da Convenção da ONU para
320 garantir a participação e os direitos das pessoas com deficiência, sendo este é o propósito da
321 busca pelo novo modelo de avaliação. “ Falar do novo modelo de avaliação é falar da Convenção
322 da ONU, que afirmou os direitos das pessoas com deficiência à educação, lazer, saúde etc”. A
323 Convenção nos trouxe viradas paradigmáticas è preciso superar não apenas as barreiras físicas ou
324 arquitetônicas, mas também as culturais:

325

326 Dra. Izabel Maior – iniciou seu debate com a observação de que em sua fala não teria intensão de
327 incitar briga corporativa interna do INSS entre os Médicos Peritos e Assistência Social ressalta
328 que o papel e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência e a busca da justiça para
329 participação social, igualdade de oportunidade para esse segmento. A seguir discorreu o tema
330 Índice de funcionalidade Brasileiro que foi validado pela Universidade de Brasília e instituído
331 pela Federal do Rio de Janeiro. Logo fez uma apresentação em Power Pointer sobre Estudo
332 para a elaboração do Instrumento de Classificação do Grau Funcionalidade de Pessoas com
333 Deficiência em que continha Legislação da aposentadoria especial, Marco Legal atualizado, Lei
334 Brasileira da Inclusão entre outros.

335 Cita que a CID não é sinônimo de atividade médica, são classificações e que o formulário
336 referente ao Benefício de Prestação Continuada precursor do Índice de funcionalidade adaptada
337 para aposentadoria especial que está em mão dos profissionais do INSS pode classificar o grau
338 de funcionalidade de acordo com a Lei que coloca a avaliação com biopsicossocial assim foi
339 possível formular o Índice de funcionalidade que foi adaptado para aposentadoria especial
340 validado pela UNB e que serviu não só para aposentaria mas para toda e qualquer avaliação
341 inclusive do BPC, continuou dizendo que a avaliação hoje é feita pelo Decreto 5296 que faz a
342 categorização e que Índice de funcionalidade se vale também de um modelo linguístico que
343 descreve a situação do indivíduo que estão em maior risco funcional para sua deficiência

344 Índice de funcionalidade também pode ser aferido por uma medida de independência funcional
345 que através de uma pontuação diz se a pessoa vai fazer tudo sozinha ou vai precisar uma
346 tecnologia assistiva. Propõe que seja a base do estudo da nova avaliação biopsicossocial a
347 Convenção e a CIF.

348 O Desembargador João Batista Silveira ponderou que há presença significativa do tema
349 previdenciário na Justiça e que representa mais de 60% dos casos julgados e que necessita de
350 um Judiciário moderno, que escute a sociedade e saiba “resolver bem” os litígios. Ressaltou a
351 Importância da presença e participação de membros do Judiciário em instâncias do controle
352 social, como o Conade e de um desenvolvimento de projeto na 4ª Região de laudo pericial
353 eletrônico que auxilie na decisão do julgador.

354 Dr. Josierton Cruz Bezerra – Diretor de saúde do trabalhador do INSS, comenta a
355 aplicabilidade da LC 142 Direito ao benefício da aposentadoria a pessoa com deficiência e
356 questionar quando a sociedade de apropriou deste benefício que o INSS pois em prática, cita que
357 trabalhador com deficiência que procura as agencias do INSS não estão esclarecidos de forma
358 adequada sobre seus direitos, fala da necessidade de divulgação desses direitos para que a
359 pessoa com deficiência sinta se encorado para poder usá-lo. Pondera sobre o problema da
360 judicialização dos benefícios e que é preciso tirar a sobrecarga do Judiciário. Necessidade da
361 avaliação o mais precocemente possível para assegurar direitos e otimizar as políticas públicas.
362 Alinhada com outras políticas públicas. Cita que em 2016 foram feitas 60 mil avaliações de

363 trabalhadores que solicitaram benefício por se considerar pessoa com deficiência e destes 40 por
364 cento já foram avaliados considerando o grau de deficiência a ele atribuído, por meio de
365 avaliação técnica
366 Fernanda Maria Pessoa Di Cavacanti, representante titular do Ministério do Trabalho ponderou
367 que a pessoa com deficiência para ter acesso aos serviços tem que passar por uma enormidade
368 de laudo para cada políticas pública, cada acesso a um direito precisa de um laudo Instrumento
369 único permitirá que a pessoa com deficiência não se submeta à enormidade de laudos para
370 concessão de direitos mesmo com prazo de validade. Cita que mesmo com o desenho universal
371 e adaptação razoável nunca vai deixar de existir, o laudo, sobretudo no trabalho porque cada
372 pessoa e cada deficiência vai ter sua especificação e que o ambiente de trabalho vai ter que estar
373 moldado a pessoa e não a pessoa ao ambiente de trabalho, ressalta que O modelo Único que vai
374 classifica pela deficiência e pela funcionalidade vai acabar com distorções. Dr. Miguel Abud -
375 Registra as contribuições, no âmbito do INSS, dos profissionais médicos e assistentes sociais na
376 construção do novo modelo. Conselheira Anaildes Campos Sena, representante suplente da
377 CUT, propõem ampliar o debate e ouvir profissionais multidisciplinares,
378 Rubens Gil – representante titular da ABRASO, ponderou quanto ao público alvo ostomizado e
379 avaliação da pessoa ostomizada. Cita que apesar de existe uma associação com 30 anos de luta
380 no Brasil inteiro a pessoa ostomizada é invencível perante a sociedade e traz a preocupação no
381 ato de avaliar com a criação dos novos documentos, em seguida o Sr. Flávio Henrique de Souza,
382 presidente do Conade, fez suas considerações finais e agradecimento, logo encerrou a pauta do
383 dia

384

385 **Período matutino do vigésimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e**
386 **dezesesseis.**

387 **Presença dos(as) Conselheiros(as) da Sociedade Civil.**

388 Da Associação Brasileira de Autismo, a suplente Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; da
389 Associação Brasileira de Ostomizados, o titular Rubens Gil Junior; da Associação Brasileira de
390 Rugby em Cadeiras de Rodas, o titular Luiz Claudio Alves Pereira; da Associação de Pais,
391 Amigos e Pessoas com Deficiências de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade, a
392 titular Lúcia Maria Pereira Zacheu e o suplente Francisco Djalma de Oliveira; da Associação
393 Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com
394 Deficiência, o titular Waldir Macieira da Costa Filho; da Central Única dos Trabalhadores, o
395 titular Flávio Henrique de Souza e o suplente Anaildes Campos Sena; da Federação das
396 Associações de Renais e Transplantados do Brasil, o titular João Adilberto Pereira Xavier; do
397 Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, o titular Osvaldo Luiz Valinote; da Ordem dos
398 Advogados do Brasil, o titular Joaquim Santana Neto; da Federação Nacional de Educação e
399 Integração dos Surdos, o titular Francisco Eduardo Coelho da Rocha e o suplente Filipe
400 Trigueiro Xavier Correia; da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, a
401 titular Glauciane Costa Santana; da Federação Nacional das APAEs, o titular Adinilson Marins
402 dos Santos e o suplente Erivaldo Fernandes Neto; da Federação Nacional das Associações
403 Pestalozzi, o titular Ester Alves Pacheco Marco Antônio Castilho Carneiro; do Movimento de
404 Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, a suplente Valdenora da Cruz Rodrigues;
405 da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, o titular Clóvis Alberto Pereira; da Organização
406 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, o suplente Décio Gomes Santiago.

407 Ausências justificadas: Da Academia Brasileira de Neurologia; da Confederação Nacional do
408 Comércio; da Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais;

409 Ausências:

410

411

412 **Presença dos(as) Conselheiros(as) do Governo.**

413 Da Casa Civil, a titular Milena Souto Maior de Medeiros; Do Conselho Estadual de SP, a titular
414 Maria Helena Mozena; do Conselho Municipal de Fortaleza/CE, a titular Ana Beatriz Silva Thé
415 Praxedes; do Ministério da Justiça, a titular Roseane Cavalcante de Freitas Estrela; do Ministério
416 da Previdência Social, o titular Raimundo Nonato Lopes de Sousa; do Ministério das

417 Comunicações, a titular Elza Maria Del Negro Barroso Fernandes; do Ministério das Relações
418 Exteriores, o titular Carlos Fernando Gallinal Cuenca; do Ministério do Desenvolvimento Social,
419 a suplente Niusarete Margarida de Lima; do Ministério do Trabalho, a titular Fernanda Maria
420 Pessoa di Cavalcanti;
421 Ausências justificadas: do Ministério das Cidades; do Ministério do Transporte;
422 Ausências: do Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação; do Ministério da Cultura; do
423 Ministério do Turismo; do Ministério da Saúde; do Ministério do Esporte;
424
425
426 Iniciados os trabalhos, o Presidente do Conade Flávio Henrique fez a chamada regimental. Após
427 registro de presença dos conselheiros, foram convidadas para compor a mesa as senhoras Anna
428 Beatriz Languê e Carolina Freire, conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e
429 do Adolescente (Conanda), que trataram do tema “Políticas setoriais e transversais da Pessoa
430 com Deficiência: construindo relações com Colegiados Nacionais”. Elas falaram da aproximação
431 com conselhos como parte do planejamento estratégico do Conanda e levantaram alguns
432 problemas e desafios discutidos naquele colegiado, tais como: pensar a Lei Brasileira da Inclusão
433 também voltada para crianças e adolescentes; mudar a abordagem e o acompanhamento das
434 crianças e adolescentes com deficiência no Sinase – Sistema Nacional de Atendimento
435 Socioeducativo; problema de empresas que desrespeitam requisitos na contratação de jovens
436 aprendizes, desrespeitando as cotas; valorização do regime de tomada de decisão apoiada;
437 necessidade de escuta de outros atores, além das famílias, para enfrentamento dos casos de
438 violência denunciados; proposta de campanhas conjuntas (Conade e Conanda) pela defesa dos
439 direitos das crianças e adolescentes com deficiência.
440 O Conselheiro Raimundo Nonato, representante do MPS comentar sobre a importância da
441 intersectorialidade com outros conselhos, como o Conanda. Destaca a necessidade de aprofundar
442 o diálogo para fortalecer esse segmento tão vulnerável (deficiência intelectual), em especial no
443 enfrentamento de violências e para a garantia de direitos.
444 O Conselheiro Waldir Macieira, representante titular da AMPID expos as seguintes
445 Preocupações: 1) garantia da inclusão escolar em escolas privadas, sem cobranças extras, bem
446 como nas escolas públicas; 2) conflito de normas e entendimentos em torno da capacidade legal
447 das pessoas com deficiência intelectual.
448 A Conselheira Niusarete Margarida de Lima, representante do MDS cita ações preventivas
449 desenvolvidas pelo MDSA: acolhimento e políticas que priorizam a Primeira Infância; apoio às
450 famílias para evitar rompimento de vínculos. Propos um trabalho conjunto em comissões dos
451 conselhos (Conade e Conanda). CPP irá reunir essa agenda comum. proposta aprovada
452 Clovis Alberto Pereira representante da ONCB – fez uma avaliação da participação de uma
453 criança com deficiência membro da ONCB na pré-conferência e durante conferência da criança e
454 adolescente, e questionou o Conanda como avalia a realização das conferências conjuntas e na
455 realização das próximas. ? Como o Conanda tem trabalhado a participação do tema da criança e
456 adolescente com deficiência em sua pauta.
457 Glauciane Costa Santana – representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome
458 de Down ressaltou a importância do diálogo e aproximação entre os conselhos, defendeu a
459 educação inclusiva como justiça inclusiva o papel da educação também para a inclusão das
460 famílias da participação de crianças com Síndrome de Down nas conferências conjuntas.
461 Francisco Djalma de Oliveira – representante suplente – Associação de Pais, Amigos e Pessoas
462 com Deficiências de Funcionário do Banco do Brasil e da Comunidade ponderou sobre a
463 necessidade do envolvimento da sociedade, para que as instituições como a escolar, garantam a
464 inclusão das crianças e adolescentes com deficiência e por fim questionou se há algum diálogo
465 com o MEC para preparar ENEM para pessoas com deficiência. Adinilson Marins dos Santos,
466 representante titular da Fenapae – Destaca os avanços obtidos na última década no campo dos
467 direitos da pessoa com deficiência e deu como exemplo a Convenção, LBI etc. Marco Antonio
468 Castilho Carneiro - representante titular da FENAPESTALOZZI, comentar sobre a necessidade
469 de discutir uma educação inclusiva de qualidade. Não cabe aqui um discurso de segregação,
470 como se algumas instituições (como as ligadas ao movimento Pestalozziano) fossem guetos ou

471 “casinhas”. A Conselheira Suplente Anaildes Campos Sena representante da CUT recomendou
472 cuidado com o uso da palavra “preferencial” e o problema dos limites governamentais de não dar
473 conta de determinadas políticas públicas, abrindo caminho para terceirizações. Ressaltou a
474 necessidade de discutir questões atitudinais em órgãos de segurança pública para o adequado
475 trato e enfrentamento da violação de direitos contra crianças e adolescentes com deficiência. O
476 conselheiro Joaquim Santana Neto, representante da CFOAB comentou sobre o novo olhar da
477 Justiça Federal em relação à inclusão das pessoas com deficiência. Desafio de fazer com que a
478 Convenção e a LBI sejam “letras vivas”. Maria Helena Mozena, representante do Conselhos
479 Estaduais – ponderou como colocar em prática algumas propostas das conferências realizadas,
480 como se dará essa construção.

481 Após as considerações finais das senhoras Anna Beatriz Langue e Carolina Freire, em seguida o
482 presidente Flavio Henrique convidou para mesa o Sr. Alan Camelo e Sra. Simone de Almeida,
483 da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e
484 Agrário para o próximo item da pauta “Revisão e Recadastramento do BPC”, tendo em vista
485 o Decreto 8.805, com apresentação dos convidados Alan Camelo e Simone de Almeida, da
486 Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
487 para explanarem sobre a Revisão e Recadastramento do BPC”, tendo em vista o Decreto
488 8.805. Os convidados assinalaram que as alterações trazidas pelo Decreto nº 8.805/16 aprimoram
489 aspectos da Política de Assistência Social, no sentido de fortalecer as Seguranças que devem ser
490 alicerçadas pela PNAS. Há ganhos em diversas dimensões: ampliação da visibilidade do BPC
491 como benefício da Assistência Social; estabelecimento da conexão entre o acesso ao BPC e a
492 Unidade da Assistência Social, fortalecendo a rede socioassistencial local, além de poder evitar a
493 ação de atravessadores, e melhorar o processo de concessão do benefício; estabelecimento de
494 vínculo entre a localidade de moradia do requerente com o local de requerimento do BPC;
495 ampliação do acesso a informações sobre o requerente e beneficiários no âmbito dos territórios;
496 redução dos deslocamentos dos requerentes para outros municípios; e aprimoramento do
497 processo de acompanhamento dos beneficiários e suas famílias. Em suma, o Decreto nº 8.805/16
498 aprimora a gestão e operacionalização do benefício considerando a integração deste com o
499 conjunto das ofertas dos serviços socioassistenciais. Urge adotar critérios complementares para
500 além da renda, conforme definição do STF e da LBI. Assim sendo, os critérios de
501 vulnerabilidade complementares à renda estão sendo discutidos no MDS e também serão objeto
502 de discussão em Câmara Técnica da CIT. De forma geral, os critérios complementares visam
503 ampliar o acesso ao benefício para aquelas pessoas (idosas e pessoas com deficiência) que,
504 apesar de terem renda per capita maior que ¼ do salário mínimo, apresentam características de
505 dependência e vulnerabilidades que justificam o recebimento do Benefício. Espera-se definir tais
506 critérios dentro do prazo em que estarão sendo feitas as demais regulamentações para
507 operacionalização do Decreto. Os critérios definidos serão incorporados ao texto do atual
508 Decreto. Após as considerações finais do Sr. Alan Camelo e Simone de Almeida, o presidente
509 Flávio Henrique de Souza deu por encerrado a pauta do período matutino.

510

511 **Período vespertino do vigésimo quarto dia do mês de agosto de dois mil e**
512 **dezesesseis.**

513 **Presença dos(as) Conselheiros(as) da Sociedade Civil.**

514 Da Associação Brasileira de Autismo, a suplente Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; da
515 Associação Brasileira de Ostomizados, o titular Rubens Gil Junior; da Associação Brasileira de
516 Rugby em Cadeiras de Rodas, o titular Luiz Claudio Alves Pereira; da Associação de Pais,
517 Amigos e Pessoas com Deficiências de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade, o
518 suplente Francisco Djalma de Oliveira; da Central Única dos Trabalhadores, o titular Flávio
519 Henrique de Souza e o suplente Anaildes Campos Sena; da Federação das Associações de Renais
520 e Transplantados do Brasil, o titular João Adilberto Pereira Xavier; da Ordem dos Advogados do
521 Brasil, o titular Joaquim Santana Neto; da Federação Nacional de Educação e Integração dos
522 Surdos, o titular Francisco Eduardo Coelho da Rocha; da Federação Brasileira das Associações
523 de Síndrome de Down, a titular Glauciane Costa Santana; da Federação Nacional das APAEs, o
524 titular Adinilson Marins dos Santos e o suplente Erivaldo Fernandes Neto; da Federação

525 Nacional das Associações Pestalozzi, o titular Marco Antônio Castilho Carneiro; do Movimento
526 de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase, a suplente Valdenora da Cruz
527 Rodrigues; da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, o titular Clóvis Alberto Pereira; da
528 Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, o suplente Décio Gomes Santiago.
529 Ausências justificadas: Da Academia Brasileira de Neurologia; da Associação Nacional dos
530 Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosa e com Deficiência; da
531 Confederação Nacional do Comércio; da Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes
532 Visuais; Ausências: do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (justificada)

533

534 **Presença dos(as) Conselheiros(as) do Governo.**

535 Da Casa Civil, a titular Milena Souto Maior de Medeiros; Do Conselho Estadual de SP, a titular
536 Maria Helena Mozena; do Conselho Municipal de Fortaleza/CE, a titular Ana Beatriz Silva Thé
537 Praxedes; do Ministério da Previdência Social, o titular Raimundo Nonato Lopes de Sousa; do
538 Ministério do Desenvolvimento Social, a suplente Niusarete Margarida de Lima; do Ministério
539 do Trabalho, a titular Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti;

540 Ausências justificadas: do Ministério da Justiça; do Ministério do Transporte;

541 Ausências: do Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação; do Ministério da Cultura; do
542 Ministério das Cidades; do Ministério do Turismo; do Ministério da Saúde; do Ministério do
543 Esporte; do Ministério das Comunicações; do Ministério das Relações Exteriores;

544

545 Iniciado o trabalho, o Presidente Flávio Henrique de Souza, passou a palavra ao então
546 Coordenação Geral do Conade, Anderson Tavares Correia, que fez seus agradecimentos pela
547 passagem na Coordenação Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
548 Em seguida o Conselheiro Raimundo Nonato do MPS, fez a leitura de um Requerimento da
549 realização de audiência pública pela Câmara dos Deputados sobre Viação e Transportes para
550 debater viabilidade das plataformas elevatórias veiculares em veículos de transporte rodoviário
551 coletivo de passageiros. Após o Flávio Henrique de Souza ponderou sobre a participação do
552 Conade em atuar junto a Câmara dos Deputados e o reconhecimento do trabalho deste Conselho
553 Nacional. A Conselheira Fernanda Maria de Pessoa Cavalcanti, do Ministério do Trabalho ,
554 trouxe para conhecimento ofício do Fórum Nacional de Aprendizagem do Ministério da
555 Trabalho em que solicita a indicação de 02 membros do Conade para participar do Fórum. Foi
556 indicada a conselheira Fernanda Maria Pessoa de Cavalcanti e Anaides Campos Sena para
557 posteriormente ser validado pela Presidência Ampliada. O Conselheiro Raimundo Nonato do
558 MPS, informou que um Entidade Alemã estará realizando uma reunião na cidade do Rio de
559 Janeiro, no período da paralimpíadas e pediu a indicação de dois membros do Conade, em
560 sequência, foram indicados os Conselheiros Marcos Castilhos e Luiz Cláudio Pereira por reside
561 no Rio de Janeiro.

562

563 Em seguida passou aos informes, começando pelo Conselheiro Marco Castilhos que cita que nos
564 dias 23 a 26 de outubro será realizado 15ª Congresso das Associações Pestalozzi, na cidade de
565 Aracruz/ES, e concomitante o 1º Fórum Nacional de Autodefensores após solicitou um ponto de
566 pauta para próxima reunião em outubro que seria uma apresentação da Rede Pestalozziana no
567 Brasil, logo propôs que no exercício de 2017 as reuniões do Conade sejam mensal, em função do
568 acúmulo de assunto que Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência vem recebendo e por
569 fim relatou sobre uma matéria publicada na Revista Vogue e solicitou o posicionamento do
570 Conade, bem como da Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência.

571 Em seguida Maria do Carmo – ABRA que comunicou que de 15 a 17 de setembro será realizado
572 em Macapá/Apo 10º Congresso Brasileiro de Autismo. O Conselheiro Clóvis Pereira da ONCB
573 informou sobre participação do 3º Fórum de Gestores Municipais, no município de Lourenço
574 da Mata em PE, nos dias 11, 12 e 13 de agosto, e que a ONCB, do no dia 20 de agosto realizou
575 o 1º Seminário Virtual, por fim informou que, naquele momento estava sendo realizada uma
576 Assembleia Mundial de cegos e que havia dois Brasileiros representando o segmento da pessoa
577 com deficiência visual, na cidade de Orlando/EUA, por fim compartilhou um Parecer técnico
578 referente ao decreto 8805 de 07/07/2016 sobre BPC, em seguida a Conselheira Ana Beatriz fez

579 a leitura do Parecer. O Conselheiro Clovis Pereira da ONCB propôs repassar a Comissão de Atos
580 Normativos para apreciação e emissão de Parecer.
581 Conselheiro Luiz Cláudio Pereira da ABRC informou que foi chamado pela Comissão
582 Organizadora dos Jogos para Paralímpicos para conduzir a tocha olímpica Paralímpicas. A
583 Conselheira Glauciane ABRA informou também que foi convidada para conduzir a tocha
584 olímpica Paralímpicas em Natal/RN.A Conselheira Ana Beatriz, representante dos Conselhos
585 Municipais comentou sobre divulgação de um concurso de vídeo de um minuto de vídeo
586 proposto pela Comissão Mista de Combate a Violência contra a Mulher da Câmara dos
587 Deputados. Foi levantado também pela conselheira Ana Beatriz sobre a composição do Comitê
588 que tem por objetivo validar o instrumento avaliação biopsicossocial da deficiência. A
589 Conselheira Suplente Anaildes Campos Sena representante da CUT – informou sobre Encontro
590 Regional do Coletivo dos Trabalhadores e Trabalhadoras com deficiência da CUT, Sudeste a
591 ocorrer na cidade de Belo Horizonte nos dias 20, 21 e 21 de outubro, Nordeste em salvador 03 a
592 05 de novembro, Centro Oeste, 16 a 18/02/ 2017 em Goiânia e Norte, Belém 09 a 11/03/2017.
593 O Conselheiro Rubens Gil da Abraso reiterou a realização da reunião da CAC aos membros
594 desta comissão, nos dias 25 e 26 de agosto informou que foi agendado o Encontro na cidade de
595 Fortaleza nos dias 25, 26 e 27 de novembro.
596 Conselheiro Joaquim Santana – OAB, ressaltou que a reunião foi uma da mais profícua que já
597 participou neste mandato. O Presidente Flavio Henrique enalteceu a equipe do Conade, os
598 Conselheiros, Conselheiras, ao apoiadores, interpretes de Libras e fez suas considerações finais
599 e encerrou a reunião

600

601

602 Flávio Henrique de Souza

603 Brasília/DF, 24 de agosto de 2016.

604

605